

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIRCEIA APARECIDA SILVA ANJOS

**NEOLIBERALISMO : DE POLÍTICA ECONÔMICA A POLÍTICA
HEGEMÔNICA**

CURITIBA

2018

DIRCEIA APARECIDA SILVA ANJOS

NEOLIBERALISMO : DE POLÍTICA ECONÔMICA A POLÍTICA HEGEMÔNICA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Professor Doutor Rafael Cardoso Sampaio

CURITIBA

2018

[...] o mercado mundial é o verdadeiro ser, a verdadeira base e a atmosfera em que vive o modo capitalista de produção (Marx, O capital , vol. 3).

RESUMO

Trata-se aqui da configuração de Estado chamada neoliberalismo e de sua ascensão de política econômica a política hegemônica, no decorrer das décadas desde sua criação como resposta a primeira grande crise do Estado de bem estar social, por F. Hayek e L. Mises, foi evidenciado a diferença entre o liberalismo criado no século XVIII e o chamado neoliberalismo atual, teóricos de diversos lugares concluem que a diferença entre ambas existe, não havendo a possibilidade de confundir-se, também é interessante ressaltar que o neoliberalismo não constitui um fenômeno diferenciado do modo de produção capitalista, mas apenas um de seus subprodutos, assim como o Estado de bem estar social, que também consiste numa alternativa criada no momento do pós guerra para a reconstrução do sistema, visivelmente abalado pelos conflitos mundiais. Foi visto sua aplicação no governo de Fernando Henrique Cardoso, e seus reflexos no trabalho e educação que perduram até hoje, sendo ainda pontos sensíveis de discussão, pois são reformas estruturais no arcabouço social brasileiro, sempre penderes para ideias e políticas defendidas por economistas e organizações comprovadamente liberais.

Palavras chave : neoliberalismo, política econômica, hegemonia

ABSTRACT

It is here the configuration of the state called neoliberalism and its rise of economic policy to hegemonic politics, in the course of the decades since its creation as a response to the first great crisis of the welfare state, by F. Hayek and L. Mises, the difference between the liberalism created in the eighteenth century and the so-called neoliberalism today was evidenced, theorists of different places conclude that the difference between both exists, not being possible to be confused, it is also interesting to emphasize that neoliberalism does not constitute a differentiated phenomenon of the capitalist mode of production, but only one of its by-products, as well as the welfare state, which is also an alternative created at the time of the post-war reconstruction of the system, visibly shaken by the world's conflicts. in Fernando Henrique Cardoso's government, and its reflections on work and education that continue to sensitive points of discussion, since they are structural reforms in the Brazilian social framework, always outstanding for ideas and policies defended by economists and demonstrably liberal organizations.

Key – words : neoliberalism, economic policy, hegemony

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 A CONJUNTURA..... | 8 |
| 3 MAS DE ONDE VIERAM ESSAS IDÉIAS? | 12 |
| 4 NO BRASIL..... | 20 |
| 4.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NEOLIBERAL | 23 |
| 5 CONCLUSÃO | 27 |
| REFERÊNCIAS..... | 29 |

1 INTRODUÇÃO

Iniciaremos falando sobre a conjuntura onde se produziu o pensamento neoliberal de Mises e Hayek, após uma breve contextualização do estado de bem estar social e sua origem no pós guerra mundial, no século passado. Esclarecendo sempre que o neoliberalismo e o Welfare State são variações do capitalismo, sendo o primeiro uma tentativa de dar resposta a mais uma das crises mundiais do capital.

O neoliberalismo é um fenômeno interessante porque muda relações profundas nas sociedades em que se instala ,não apenas no âmbito econômico mas também político e social, por isso tenta transformar radicalmente as relações de trabalho, educação, o modo como se configura as relações de poder dentro dos Estados nacionais, que perdem força ao permitirem que os mercados ajam como senhores das decisões, a maneira como cada Estado e deveria resolver suas dificuldades locais, é então baseada sempre num planejamento mundial ,não tendo mais uma lógica de Estado forte para manutenção da independência do povo daquele local, mas sim uma abertura de todas as suas características sociais para o mercado financeiro, nessa lógica o Estado então, vive de defender interesses corporativos e financeiros, não tendo mais compromisso com políticas de cunho local, mas com agendas globalizadas aplicadas contra quaisquer mazelas, das quais as organizações mundiais, formadas por economistas liberais ,ditam as regras. Baseada nos conceitos de educação para o desenvolvimento através do mercado, capacitação para o trabalho, empreendedorismo e inovação, ideias que em si mesmas não são ruins, porém quando analisadas no contexto da prática neoliberal, excluem uma parcela significativa da população que não terão acesso a universalização com qualidade suficiente para deixar de sobreviver e passar a viver.

2 A CONJUNTURA

No período entre as guerras do século passado a Europa e os Estados Unidos viveram uma crise sem precedentes, entre os anos de 1929-31 com a quebra da bolsa de valores americana inicia-se um período onde os preços despencaram e a produção foi reduzida a terceira parte na indústria daquele país. A Grã- Bretanha por sua vez abandona o livre comércio praticado desde 1840, começa então o que historicamente chamou-se de grande depressão, o capitalismo estava diante de um momento onde a grande indagação era: seria ele capaz de recompor-se, ou o fim do liberalismo smithiano havia sido decretado? Um economista inglês de nome John Maynardes Keynes ofereceu uma resposta a essa pergunta ao afirmar que a mão invisível do mercado nem sempre atua em favor do interesse público. Propôs que o Estado investisse na criação de empregos e geração de renda como forma de estimular o consumo, suas premissas não eram imediatistas baseavam-se no pleno emprego e na igualdade ou seja um Estado como criador e mantenedor de políticas públicas de cunho coletivista (Candiotto, 2012, p. 159).O mesmo autor teorizou sobre as relações fundantes do Welfare State, expressão inglesa que denomina o Estado de Bem-Estar Social, mas o fato é que ele não significou um abandono do modo de produção capitalista¹ e sim uma tentativa de salvação do regime em sua primeira grande crise mundial, as idéias de Keynes foram aceitas através de uma pactuação entre os diversos atores sociais dos países de capitalismo central, durante os anos de ouro dessa política não houveram

¹ Segundo Marx “o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários à sua subsistência. [...] Se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média 6 horas de trabalho objetivado, o trabalhador tem de trabalhar, em média, 6 horas diárias para produzi-los. [...] Mas o segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denominou tempo de trabalho excedente [...], e ao trabalho nela despendido denomino de mais-trabalho.” (MARX, 2013, p.292-293), ou como explica Francisco de Oliveira: “Marx chamou os salários de "capital variável", exatamente porque se trata de um adiantamento do capitalista aos trabalhadores; é "variável" porque sua resultante na formação da mais-valia depende das proporções de emprego da mão- de - obra e dos tempos de trabalho pago e não-pago. Além disso, no lucro como recuperação da mais-valia, ela depende da realização ou não do valor (OLIVEIRA, 2003, p.134) . Eis a essência do capitalismo.

críticas que fizessem jus a muita atenção, isso perdurou por quase trinta anos. A partir do início dos anos 70, houve uma crise econômica nos países de capitalismo avançado, suas principais características foram, segundo ANTUNES, 2009 :

- A crise do petróleo
- Queda nas taxas de lucro, motivada pelo aumento do custo da mão de obra.
- Por conta do desemprego estrutural que se iniciava houve diminuição do consumo e conseqüente exaustão do sistema taylorista fordista
- Aumento dos mercados financeiros em detrimento do capital produtivo
- Aumento das grandes fusões entre monopólios e oligopólios empresariais
- O alto custo do Welfare State, gerando uma crise fiscal com conseqüente diminuição dos gastos públicos e transferência para a iniciativa privada de seus programas sociais.

Nesta conjuntura as teses analíticas dos opositores do Welfare State começaram a fazer sentido nas grandes economias e foram então aceitas como práticas de governo:

Da proposição de idéias à assunção das mesmas como práticas de governo com vistas à adequação estatal, transcorreram mais de trinta anos, até as vitórias eleitorais de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na então Alemanha Ocidental (1982) (PALERMO e PEREZ, 2016, p. 53).

Para ANTUNES, 2009, a crise foi causada porque houve aumento da capacidade de produção das indústrias manufatureiras internacionais, isso foi reflexo da transferência de capitais para as finanças por conta da incapacidade da economia de gerar lucros adequados, principalmente nas indústrias de transformação que aliadas a alta competição internacional, desestabilizam os mercados, enfim baixos níveis de lucro geraram baixas taxas de crescimento que produziram níveis reduzidos de crescimento que diminuíram os aumentos

salariais, houve então aumento do desemprego e queda na produção e investimentos.

Esse quadro proporciona a assunção de um novo ideário econômico, sua lógica basilar é a privatização máxima do Estado, o desmonte da estrutura trabalhista e a mudança de comportamento em relação aos sindicatos através de políticas duras de enfrentamento, além da saída estatal de diversas frentes produtivas. A primeira grande crise mundial do Welfare State, com altas taxas de inflação, baixas taxas de crescimento, segundo os seguidores dessa corrente, devia-se o problema aos sindicalistas que desvirtuaram o sistema de acumulação capitalista e causaram o inflacionamento dos mercados (ANDERSON, 1999), por conta dessa conjuntura houveram mudanças na estrutura econômica dos países de capitalismo avançado que tinha como foco a liberdade do capital e do mercado, essas ideias foram a base da desburocratização do setor público, sendo o mercado e o setor privado os alavancadores de um novo olhar social e politicamente focado na eficiência, qualidade e produtividade. Para esses economistas “a crise que perpassava o mundo no referido contexto não emanava diretamente do sistema capitalista, e sim do aparelho estatal (PERONI, 2007) burocratizador , assistencialista e totalitário (Dallagnol, 2014, p. 07).”

Segue-se uma mudança estrutural nas relações do capital produtivo internacional com sua total desregulamentação e o nascimento de novas tecnologias e novos processos gerenciais. Os países de capitalismo periférico foram incorporados ao sistema de forma subordinada e dependente. Destacaram - se na aplicação com sucesso desse modelo os EUA, Alemanha e Japão. Ainda segundo ANTUNES, 2009, apesar dessa liderança os americanos enfrentaram durante a década de oitenta uma batalha competitiva tecnológica com o Japão e perderam. Nos anos noventa houve recuperação econômica americana mas os japoneses foram então atingidos pela competição liberal juntamente com os demais países asiáticos. Essa lógica é agora francamente conhecida, quanto mais a competição se acirra dentro do capitalismo, com desenvolvimento de tecnologias de alto nível em uma determinada área do mundo, quanto maior é a expansão de ativos financeiros maiores são as consequências destrutivas nos países periféricos com

desmonte e desestruturação de suas economias. A ação neoliberal contra as forças produtivas caracterizam - se pela crescente precarização das relações entre trabalho e capital com aumento do desemprego e prolongamento da jornada laboral mesmo havendo um avanço tecnológico sem igual que possibilitaria sua redução, ou seja “desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram – se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital.” Antunes (2009, p. 36) este fato também faz parte da análise de Mendes, Bonilha, Ichikawa, Sachuk que afirmam:

O desenvolvimento da ciência e tecnologia (C&T) nos países capitalistas impulsionou a difusão de tecnologias poupadoras de mão de obra (substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto) e focada na maximização dos lucros e na acumulação de capital. Essas TC² acabaram impulsionando níveis de desemprego e formas diversas de exploração do trabalho, perpetuando as assimetrias nas relações políticas e sociais (MENDES et al, 2015, p.689).

Além é claro da acumulação flexível, nova forma de produzir que está baseada não mais numa linha que especializa ao máximo o trabalhador, como na concepção taylorista/fordista imperante no Estado de bem estar social, segundo Lourenço & Engelbrecht (2017, p.05), esse modo de produção do taylorismo/fordismo fez o incremento dos meios de produção, através da inclusão de maquinário, do aumento da fiscalização e do maior rigor dentro da concepção de trabalho, para que fossem alcançados maiores níveis de produtividade, por sua vez a acumulação flexível é baseada na concepção toyotista de produção onde o princípio:

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008,p.131 apud LOURENÇO & ENGELBRECHT,2017 p.05).

² TC, tecnologia convencional em contraponto a TS, tecnologia social do qual versa o artigo.

Na Inglaterra que foi o primeiro grande país não periférico a adotar essa nova prática, segundo Antunes (2009, p. 68) “era o advento, [...], da variante neoliberal, na sua forma mais ousada e virulenta, que manteve os conservadores no poder até maio de 1997”. Idéias que foram portanto decisivas para a adoção desse vertente econômica por outros países como analisado por Permadi (2011, p. 50) “This concept grows rapidly because of the supports from Margaret Thatcher, Ronald Reagan and also Washington Consensus, which suggested the principles of neo-liberalism³. Thatcher decretou duras medidas ao povo inglês, colocando o receituário de ajuste fiscal rigoroso, contenção da emissão de moeda, aumento de impostos para os mais pobres, e diminuição dos impostos aos mais ricos, para tornar a atividade econômica atrativa aos empresários.

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti - sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (ANDERSON, 1999, p. 11).

Esta foi a conjuntura global que deu início a uma prática política estatal que finaliza junto aos países não periféricos o estágio do capitalismo chamado de Welfare State, iniciado pós segunda grande guerra.

3 MAS DE ONDE VIERAM ESSAS IDEIAS?

De quem falamos? A origem: Vamos falar de liberalismo ,mais precisamente de um braço do liberalismo econômico vindo da escola austríaca que será representada pelos seus maiores expoentes os economistas

³ “ Este conceito cresce rapidamente por causa dos apoios de Margaret Thatcher, Ronald Reagan e também o Consenso de Washington, que sugeriu os princípios do neoliberalismo.”

austríacos Friedrich August von Hayek e Ludowic von Mises , e seu colega norte americano da escola de Chicago na figura de Milton Friedman- a tendência americana do liberalismo, é mais ampla que a europeia, expandindo seus horizontes para todas as esferas da vida cotidiana, tem um apreço menor pela ideia de Estado, todos os liberais dessa linha de ideias consideram o Estado como um mal, sendo os pais da corrente de pensamento anárquica onde a sociedade ideal não possui um Estado mas somente o mercado como regulador de todas as coisas, atualmente chamada de libertarianismo - A vertente liberal fundada por Hayek em 1944 no pós guerra ,por ocasião do lançamento de seu livro de grande sucesso “O Caminho do Servidão” é denominada de neoliberalismo pois é inspirada no liberalismo clássico porém não é uma cópia fiel deste.

Essa mistificação ideológica e política está ligada a um erro histórico que consiste em ver o neoliberalismo como um simples ressurgimento do liberalismo clássico do século XVIII em seu aspecto mais espontâneo (o *laissez - faire*), que se pensa encontrar em Adam Smith. Denunciar o neoliberalismo como se estivéssemos lidando com o “naturalismo” liberal do século XVIII é enganar-se de época e de alvo. Crer que o neoliberalismo é apenas uma renovação da doutrina de Smith é recusar-se a considerar o que há de “neo” no neoliberalismo: uma racionalidade global que supõe o intervencionismo governamental (ANDRADE E OTA, 2015, p. 287)

Segundo ANDERSON, 1999, como já dito, a origem dessa corrente ideológica se deu em 1944 por ocasião do lançamento do livro do prof. Hayek, logo a seguir em 1947 sob sua liderança foi criada a “Sociedade Mont Pèlerin”, no vilarejo de mesmo nome na Suíça, essa confraria foi feita reunindo além dos três nomes já mencionados diversos outros representantes dos descontentes com o Welfare State instalado nas economias europeias tais como Karl Popper, Walter Lipmann, Michael Polanyi, Leonel Robbins, Walter Eupken, Salvador de Mandariaga entre outros. Na visão dos intelectuais reunidos ali o estado de bem estar social apresentava-se fadado a não dar certo no longo prazo por conta dos investimentos em benefícios sociais, eles advertiam que o estado não deveria criar um déficit econômico, na tentativa de promover uma sociedade mais igualitária, a igualdade na verdade não é vista com bons olhos

por essa corrente de pensamento, pois o argumento é que a desigualdade faz parte do todo, sendo importante para assegurar a estabilidade do sistema:

O conceito de igualdade de oportunidades é um conceito axiomático para o Liberalismo, que o define de maneira negativa, como ausência de discriminação, *id est*, como ausência de discriminação formal, mas não material. Sabemos que, na América Latina, a pretensão de uma igualdade de oportunidades formais para todos os cidadãos é uma piedosa ficção, mas, se a analisarmos em sua dimensão material, torna-se um conceito aprioristicamente irreal. O ideológico da categoria resulta claro à primeira vista, porque uma política que se limita a proporcionar uma igualdade formal de oportunidades, renúncia deliberadamente a combater de maneira ativa a desigualdade real (CHOMSKY, 1999, p.153.)

A missão do grupo de intelectuais era promover uma sociedade onde o capital tivesse liberdade sem nenhum tipo de regulamentação e o mercado fosse o senhor absoluto das regras, não dependendo de nenhum tipo de intervenção estatal, por isso Mises combatia o socialismo de forma tão enfática pois sua ótica era que somente a concorrência livre de intervenções pode resultar numa sociedade de fato, livre. O valor da liberdade é essencial no neoliberalismo econômico, para essa corrente de pensamento o homem não precisa necessariamente de liberdade política desde que tenha liberdade econômica. Essa é a posição segundo Hayek no Prefácio da Edição Norte-Americana de 1975 do “Caminho da Servidão” :

Tornou-se quase um lugar-comum afirmar que fascismo e comunismo são meras variantes do mesmo totalitarismo que o controle centralizado da atividade econômica tende a produzir – afirmação que a muitos se afigurava quase sacrílega há doze anos. Reconhece-se amplamente, agora, até mesmo que o *socialismo democrático* é algo muito precário e instável, corroído por contradições internas e produzindo em toda a parte resultados dos mais desagradáveis para muitos de seus defensores (HAYEK, 1975, p.14 grifo nosso).

E também de Milton Friedman :

A História somente sugere que o capitalismo é uma condição necessária para a liberdade política, mas, evidentemente, não é uma condição suficiente. A Itália fascista e a Espanha fascista, a

Alemanha em diversas ocasiões nos últimos setenta anos, o Japão antes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial e a Rússia czarista nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, constituem claramente sociedades que não podem, de modo algum, ser consideradas como politicamente livres. Entretanto, em cada uma delas, a empresa privada era a forma dominante da organização econômica. É, portanto, *claramente possível* haver uma organização econômica fundamentalmente capitalista e uma organização política que não seja livre. Mesmo nessas sociedades, os cidadãos tinham uma cota de liberdade maior que a dos cidadãos dos modernos Estados totalitários como a Rússia ou a Alemanha nazista, nos quais o totalitarismo econômico aparece combinado com o totalitarismo político (FRIEDMAN, 1962, p. 18)

A ótica neoliberal de Hayek faz da concepção de democracia portanto uma ferramenta na proteção do mercado e da livre concorrência:

A democracia, nesta demarcação, não passa de um método, moralmente neutra, subordinada ao mercado, um dispositivo eficiente para subtrair o poder das maiorias; limita-se a regular as decisões individuais do mercado a partir da correlação custo-benefício (CANDIOTTO, 2012, p.165)

Evidentemente a aplicação desse ideário foi baseado na incapacidade dos países de capitalismo central de elaborarem alternativas para a crise dos anos setenta, conforme Dallagnol (2014, p. 03), bem coloca os Estados nacionais fazem suas escolhas:

as políticas públicas são ações estatais que trazem consigo elementos característicos e peculiares de cada sociedade em específico. Esses elementos, que se interligam ao campo simbólico e cultural, revelam seus valores, perspectivas e possíveis ações. As orientações emanadas de organismos fora do Estado não atingem de forma categórica e homogênea cada contexto social, os quais apresentam concepções políticas distintas que vêm conseqüentemente gerar recontextualizações dentro de suas particularidades históricas (DALLAGNOL, 2014, p. 03).

Candiotto, continua nos pontuando que a liberdade e não a igualdade (bem supremo no ideário da esquerda) é o maior atributo do neoliberal:

Com efeito, a luta por políticas sociais equânimes jamais foi o objetivo principal do neoliberalismo. No bojo do pensamento

neoliberal o crescimento econômico supõe a desigualdade e o desemprego como algo natural e estrutural. Impera a subserviência explícita do trabalho ao capital, do trabalhador ao empresário, dos países periféricos aos países centrais(CANDIOTTO,2012,p.166).

A criação de um grande número de desempregados⁴ como um gigantesco cadastro de reserva do mercado de trabalho para que a mão de obra seja barateada - pois ao assim proceder há um aumento da concorrência entre os trabalhadores - o que é também atribuído ao neoliberalismo conforme Leitner e Peck (2007, p. 28) "...and intensifying competitive relations in the labor market were predicated on the sustained erosion of social entitlements and workplace protections."⁵

Além de promover uma ação desregulamentadora das condições trabalhistas e maleabilização dos direitos sociais, há a privatização do setor público produtivo e conforme exposto "presupposed the effective decapitation of the labor movement", Leitner e Peck (2007, p. 28)⁶ pondo fim ao forte sistema sindical do país, ação que é um dos pilares da política neoliberal, como já exposto (ANTUNES, 2009).

Segundo Palermo e Perez (2016, p.53), o consenso de Washington definiu um conjunto de orientações de ordem econômica em 1989 que sintetizam a política neoliberal de forma bastante objetiva, são dez considerações baseadas nas ideias de Hayek, todas elas canceladas por organismos internacionais de apoio aos países, como o FMI⁷, BID⁸ - que é a

⁴ [...] o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente - se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre "taxas aceitáveis" e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível [...]. É desnecessário salientar, depois dessas considerações acerca da ofensiva do capital sobre o trabalho, que uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da "questão social". [...] A precarização e a "informalização" das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi escravo ou escravo) NETTO e BRAZ(2012, p. 232).

⁵"... e a intensificação das relações competitivas no mercado de trabalho basearam – se na erosão sustentada dos direitos sociais e nas proteções no local de trabalho."

⁶ "pressupõe a decapitação efetiva do movimento trabalhista"

⁷ Fundo Monetário Internacional

principal fonte de financiamento da América Latina e Caribe em projetos de desenvolvimento e o faz através de acordos com o setor privado - e o BM⁸, são elas, segundo ANTUNES (2009) :

- eliminação dos déficits públicos por meio de rigorosas disciplinas fiscais;
- criteriosa priorização dos gastos públicos;
- reforma tributária para a desoneração dos setores produtivos;
- abertura do mercado financeiro;
- flexibilização do regime cambial com base na referência externa (ou seja, o câmbio de mercado);
- abertura do mercado às exportações;
- captação do capital estrangeiro para financiamentos diretos;
- privatização de empresas estatais;
- desregulamentação da economia;
- adoção de critérios de proteção da propriedade intelectual.

A ideologia proposta por Friedrich A. Von Hayek transformou-se de uma política financeira em uma concepção de vida que abarca as mais diversas relações:

Neoliberalism is a distinctive political–economic philosophy that took meaningful shape for the first time during the 1970s, dedicated to the extension of market (and market-like) forms of governance, rule, and control across—tendentially at least—all spheres of social life (LEITNER e PECK, 2007,p. 28)¹⁰

⁸ Banco Interamericano de Desenvolvimento

⁹ Banco Mundial

¹⁰ “O neoliberalismo é uma política econômica distinta, filosofia que tomou forma significativa pela primeira vez durante a década de 1970 dedicado à extensão do mercado (e do mercado como) formas de governança, regra e controle , tendo interesse, em todas as esferas da vida social.”

Essa explicação concorda com a análise de Foucault, citada por Mendes, Bonilha, Ichikawa, Sachuk (2015, p. 692), feita no livro o “Nascimento da Biopolítica” onde o mesmo salienta que diferentemente do liberalismo de Adam Smith cuja preocupação era conseguir um espaço para o mercado dentro das relações sociais, o neoliberalismo deseja “saber se seria possível, no interior de uma economia de mercado, regular um exercício global do poder político.” Hoje o pensamento neoliberal portanto é visto não mais como um receituário econômico mas “ o neoliberalismo não diz respeito somente à economia, não é definido apenas por um conjunto de receitas de política econômica, mas, longe disso, é um modo de governo dos homens que tem um caráter geral e que afeta todas as instituições”, Andrade e Ota (2015, p. 286), portanto o que chamamos de neoliberalismo é um conjunto de ideias que desejam mudar a essência do Estado, Mudge (2008, p. 706)¹¹ afirma que o “Neoliberalism is rooted in a moral project, articulated in the language of economics”.

Francisco de Oliveira em seu livro “A era da indeterminação” (OLIVEIRA, 2007), diz que a hegemonia é a produção conflitiva do consenso, essa afirmação define bem o neoliberalismo posto que embora não seja unanimidade no pensamento político mundial, é uma forma de hegemonia em que todos forçosamente participam (ANDERSON, 1999).

Os estudos feitos pela pesquisadora americana Stephanie Mudge (2008, p. 704), assentam esse conceito num tripé formado por perspectivas burocráticas, intelectuais e políticas , da mesma forma que FOUCAULT (2008) também argumenta que houve essa transição de política econômica para política hegemônica na construção do ideário neoliberal no decorrer dos tempos, essa autora defende que essa forma de fazer política pleiteia primeiramente a ideia que o mercado, como já comentado por Leitner e Peck, (2007, p. 28) é o libertador da humanidade, visto que seus defensores acreditam que a competição no mercado desprendido de amarras estatais fará com que as pessoas tenham o usufruto da verdadeira liberdade, sem nenhum

¹¹ “ O neoliberalismo está enraizado em um projeto moral articulado na linguagem da economia.”

limite que não a própria ética pessoal. Em sua face burocrática a “desacralização” de duas vertentes do estado gestor, a saber, saúde e educação, ideia esta que muda a prática política ao retirar do Estado sua obrigatoriedade nessas áreas e por consequência retirando dos políticos sua função de dirigir a coisa pública. Sua face política deseja mudar o local onde as decisões são tomadas, ao buscar sempre que possível a retirada de todas as políticas públicas em favor da liberdade de mercado. Sua visão é sempre limitada por essa barreira ideológica:

Its political face is a new market-centric ‘politics’—struggles over political authority that share a particular ideological centre or, in other words, are underpinned by an unquestioned ‘common sense’. On the elite level, neo-liberal politics is bounded by certain notions about the state's responsibilities (to unleash market forces wherever possible) and the locus of state authority (to limit the reach of political decision-making). They also tend to be oriented towards certain constituencies (business, finance and white-collar professionals) over others (trade unions, especially)¹² (MUDGE, 2008, p. 705).

Este interessante ponto de vista da autora, sobre a formação do pensamento intelectual que é base do neoliberalismo, defende que a formação econômica é intrinsecamente ligada aos grandes centros educacionais dos EUA e Europa fazendo com que a elite dessa profissão saia sempre moldada pelo pensamento da corrente liberal, Chomsky (1999, p.154) afirmou o mesmo “Os think tanks [...] trabalham em estreita colaboração com as universidades de elite do Primeiro Mundo [...] as quais, por sua vez, trabalham em estreita cooperação com as empresas transnacionais”, criando como efeito secundário uma divisão entre os que compactuam desses pensamentos porque puderam aprender seus mecanismos nos países centrais para o capital e os economistas provincianos que não puderam conseguir esses conhecimentos

¹² Seu rosto político é uma nova “política” centrada no mercado - lutas sobre a autoridade política que compartilham um centro ideológico particular ou, em outras palavras, são sustentadas por um “senso comum” inquestionável. No nível de elite, políticas neoliberais estão limitadas por certas noções sobre as responsabilidades do Estado (libertar as forças do mercado sempre que possível) e o local da autoridade estatal (para limitar o alcance da tomada de decisão política). Eles também tendem a ser orientados para certos círculos eleitorais (negócios, finanças e profissionais de colarinho branco) sobre outros (sindicatos, especialmente).

nas mesmas condições e portanto ainda possuem uma visão limitada de política econômica¹³.

O Estado sob essa perspectiva se posta como um ente desfigurado pois segundo a análise de Foucault (2008, p. 28) perde a sua racionalidade estatal, de forma consciente e planejada:

Autolimitação da razão governamental : O que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer 'aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?' Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, 'liberalismo' (FOUCAULT, 2008, p. 28).

A supremacia do mercado sobre o social, é uma escolha consciente dos governantes, porém as áreas em que será efetivada a retirada do Estado das políticas públicas não é casual, mas minuciosamente planejada para que o Estado entregue a iniciativa privada, aquilo que é importante naquele momento e local para o capital, a educação que é gêmea univitelina do trabalho será também, sempre um terreno importante para os intelectuais dessa linha de pensamento.

4 NO BRASIL

Quando o programa neoliberal de Hayek estava sendo implementado na Inglaterra e anos antes no Chile pelos economistas que vieram de Chicago, segundo Candiotta (2012, p.169) "A ditadura militar de Pinochet no Chile, desde 11 de setembro de 1973, é a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo", o Brasil vivia nesse período a ditadura militar que só teve fim com a eleição de Tancredo Neves à presidência em 15 de janeiro de 1985 e com sua posterior morte, iniciou-se o governo do vice José Sarney (1985-1990) mas este não deu fim ao Estado Desenvolvimentista já exaurido pelos militares,

¹³ Os primeiros economistas transnacionais foram os Chicago Boys oriundos do Chile de Pinochet, formados pela escola de Chicago aos cuidados de Milton Friedman.

quando da eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), iniciou-se o que historicamente foi o embrião das políticas liberalizantes no país:

Aqui emergem os signos liberais da eficiência e da concorrência, tomada como competição a ser tratada no plano externo, em uma lógica de abertura econômica, o que redundaria em uma necessidade de ajuste do Estado (PALERMO e PEREZ, 2016, p. 70).

Mas foi com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao poder que houve a lógica neoliberal mais assumida do ponto de vista de política de Estado¹⁴:

Eleito por ampla maioria e legitimado pela plataforma do Plano Real, FHC deu continuidade ao projeto de inserção do Brasil no processo de reprodução da acumulação do capital impulsionado pelo Banco Mundial e pelo FMI [...] Dá-se continuidade à integração do Brasil na globalização do capital, porém de forma “subalterna”. Procede-se à desregulamentação do Estado - com nítida conotação neoliberal - , operou-se a venda do patrimônio público (as empresas estatais mais atraentes ao capital internacional como, por exemplo, a Vale do Rio Doce) [...] Ao final do primeiro mandato de FHC era notável o desemprego estrutural (efeito natural, segundo o neoliberalismo) (CANDIOTTO, 2012, p.174).

Sendo o Estado ,sujeito das políticas públicas em ação Dallagnol (2014, p. 03) nos afirma que é do Estado e dos governos nele estabelecidos a execução de projetos, e que a singularidade desses projetos e bem sua ação como política social e o modo como se postam são definidores de sua posição ideológica. Segundo Candiottto (2012, p. 176), “O modelo neoliberal favorece a internacionalização da acumulação do capital financeiro, a desmobilização social e o recuo da democracia participativa.” O modelo de Políticas Públicas adotado no governo FHC¹⁵ conforme trabalho realizado por COUTO E ABRUCIO (2003), que demonstrou que embora tenha sido afeito a desregulamentação do mercado, desestatização e à abertura econômica, seu governo reafirma a posição de DALLAGNOL, (2014), ou seja não seguiu a

¹⁴“ Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar”, (não p.) fonte: Instituto Millenium.

¹⁵ FHC - Fernando Henrique Cardoso

cartilha neoliberal ao pé da letra mas adaptou-a a realidade social do país, segue-se a análise de Couto e Abrucio:

A partir desse cenário político, o Estado resultante desse período pareceu-se mais com um caleidoscópio, não podendo ser chamado simplesmente de neoliberal, como fazia a oposição e proclamavam alguns analistas. Primeiro, em razão dos dados que revelam o perfil da intervenção governamental. FHC não reduziu os gastos sociais, reforçou certas carreiras da burocracia pública e não transformou a privatização numa forma de retirar o aparelho estatal completamente da atividade econômica [...] O fato é que a atuação estatal no período FHC foi marcada por uma diversidade de respostas, de modo que se a política cambial, em certo momento, adotou uma crença absoluta nos fluxos de capitais como salvadores da pátria, as medidas na área de Saúde, peça-chave de qualquer *Welfare State*, estiveram bem longe do neoliberalismo (COUTO e ABRUCIO, p. 296).

Essa análise é contestada por Lemos que classifica a gestão de FHC como neoliberalizante:

De tal sorte que as escolhas, ao longo do mandato, foram no sentido de implementar, de maneira fiel, as diretrizes estabelecidas no Consenso de Washington, buscando um alinhamento com o capital internacional [...] Ou seja, para desarticular o aparelho estatal, privatizar as estatais, desfazer a legislação trabalhista, enfim, implementar o neoliberalismo, seria preciso acertar a área econômica (LEMOS, 2016, pág. 344).

Antunes, também coloca a gestão FHC na perspectiva neoliberal :

Encantados e deslumbrados com o poder, não se contentaram, no primeiro mandato de FHC, em fincar os andaimes da desmontagem do país, eufemisticamente chamada de “modernização”, através da privatização, da “integração” subordinada” a ordem, da destruição do que foi criado desde o varguismo, como as empresas de siderurgia, energia elétrica, telecomunicações, a previdência, etc. Isso sem falar no destroçamento social que se acentua crescentemente, na desregulamentação e na precarização do trabalho, no desemprego explosivo[...] (ANTUNES, 2004, p. 44).

4.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NEOLIBERAL

O fato é que a passagem do Estado capitalista desenvolvimentista para o Estado neoliberal teve certamente um aprofundamento no Brasil de FHC, como podemos ver na política educacional, na implementação da LDB em 1996, que trouxe em seu bojo diversas ideias vindas do mercado através de conceitos como medição de desempenho, da universalização e obrigatoriedade do ensino básico focando sempre em políticas de formação de mão de obra para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação integral e humanizadora seguindo a orientação sistemática dada pelo BIRD (CAETANO, 2016, SAVIANI, 2008).

Também em curso com a anuência do Banco Mundial existe uma mudança no padrão de educação mundial, segundo CHOMSKY (1999), o grande capital transnacional, não necessita mais de grandes contingentes de mão de obra com educação superior, e portanto vem implementando através de políticas públicas para os países a mudança gradativa na qualificação da mão de obra focando no ensino básico (no Brasil é composto pelo ensino fundamental e médio) de cunho pragmático e tecnicista, por isso a universalidade dessa parte da educação, como meta para o combate a pobreza (objetivo oficial do BM), verifica-se formalmente essas políticas nas agendas da ONU¹⁶ e do BM, “O investimento nas pessoas, especialmente por meio da saúde e da educação básicas; O apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada;” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017)

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a *preços acessíveis*, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, *inclusive competências técnicas e profissionais*, para emprego, trabalho decente e *empreendedorismo*. (grifo nosso)

Ou seja é uma migração silenciosa do foco do Estado nacional como definidor de suas metas internas, para uma agenda de planejamento universal,

¹⁶ ONU - Organização das Nações Unidas

que não possui em sua essência nenhum comprometimento com o ensino e educação local, mas apenas com mercado e capital (CAETANO, 2016) ou como nas palavras de Gramsci ao falar sobre a Liga das Nações:

Ela representa para a burguesia liberalista anglo-saxônica a garantia política da atividade econômica de amanhã e do ulterior desenvolvimento capitalista. É a tentativa para adequar a política internacional às necessidades das trocas internacionais [...]. É o grande estado burguês supernacional que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o respirar da livre concorrência e que permite às grandes empresas, as grandes concentrações capitalistas internacionais (GRAMSCI apud MELLO, 2006, p.108).

A influência do neoliberalismo na educação tem como consequência uma geração formada para o trabalho, porém tendo como visão educacional o domínio da técnica, ou seja sem o componente emancipador da educação, a capacidade de formular questionamentos que possam alterar a ordem das coisas, segundo Caetano:

As reformas na gestão pública, bem como as reformas educacionais, propõem alterar as estruturas da escola, promovendo mudanças administrativas e pedagógicas com a implantação de uma gestão educacional apoiada no modelo empresarial, orientadas pelos princípios gerenciais (CAETANO, 2016, p. 84).

Por que a educação é um lado do neoliberalismo que se revela importante para sua concretização como política hegemônica? A mesma autora nos diz que:

A privatização, a terceirização, a descentralização e a publicização são estratégias gerenciais consideradas modernizadoras presentes na proposta de Reforma do Estado para diminuir o papel do Estado perante as políticas sociais e a educação pública que se situa no marco referencial dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, propiciando os quase-mercados. Por tal motivo, é essencial entendermos as contradições do sistema capitalista, que se manifestam em todas as esferas da vida (HARVEY, 2005), incluindo a educação com novas demandas para a formação de mão de obra com adequação ao modo de acumulação flexível (CAETANO, 2018, p. 85).

A educação é quem forma e conforma, não somente mão de obra, mas também consumidores para o mercado, CAETANO, 2016 também nos diz que

existe importante relação entre diversas empresas transnacionais, grupos empresariais através da criação de fundações, instituições e ONGs¹⁷ e que muitas delas apresentam estreitos laços com bancos ou grandes corporações e que há ainda “outras formas de privatização na educação do país, como a venda de livros ou sistemas apostilados, propostas de formação de professores e gestores e desenvolvimento curricular”. Essa é também a visão de Alfaro:

Actualmente se puede afirmar que el impacto del proyecto neoliberal en la educación se manifiesta através de políticas modernizadoras tendientes hacia la privatización, la descentralización, la reducción de la asignación de recursos públicos para el área educativa, así como la modificación curricular al servicio de un mercado escasamente regulado¹⁸ (ALFARO, 2009, p. 282).

As ideias de educação neoliberal são formadas nos conceitos do fordismo e do capital humano que promovem o arcabouço epistemológico necessário para sua implantação, pois segundo esse pensamento a educação deve ser buscada pelo indivíduo para sua promoção pessoal dentro da lógica de mercado, quanto mais anos de estudo maior a empregabilidade Alfaro continua pontuando:

La teoría del capital humano pone especial énfasis en la elección individual de invertir o no invertir en si mismo para explicar la distribución del ingreso y el desempleo, afirmando que ambos son el resultado de las diferencias individuales en los niveles de educación. De acuerdo a esto, el desempleo de los trabajadores no calificados es un problema de oferta más que de demanda. Al respecto, en los círculos neoliberales se afirma que "no hay desempleo, hay gente que no quiere emplearse" (Puigross 1999 apud ALFARO, 2009, p. 284).¹⁹

¹⁷ ONG - Organização Não Governamental

¹⁸“Atualmente se pode afirmar que o impacto do projeto neoliberal na educação se manifesta através de políticas modernizadoras, tendendo a privatização, a descentralização, a alocação de recursos públicos para a área educativa, assim como a modificação curricular a serviço de um mercado escassamente regulado”

¹⁹ “A teoria do capital humano coloca especial ênfase na escolha individual para investir ou não investir em si mesmo para explicar a distribuição de renda e emprego, afirmando que ambos são o resultado de diferenças individuais nos níveis de educação. De acordo com isto, o desemprego de trabalhadores não qualificados é um problema de oferta, em vez de demanda. A este respeito, em círculos neoliberais afirma-se que "não existe desemprego, há pessoas que não querem empregar-se" (Puigross, 1999 apud Alfaro, 2009).

Essa concepção de educação vinculada ao capital humano é corrente no pensamento dos países que estão vivendo reformas de cunho neoliberal, a exemplo da Espanha:

O economista do BBVA²⁰ Rafael Doménech sustenta que “grande parte da desigualdade de renda vem da desigualdade de capital humano, e a desigualdade de capital humano se explica pelo fracasso escolar”. Para piorar, desenvolveu-se pouco a formação de grau intermediário, e esse círculo vicioso se retroalimenta ainda mais pela interação com a globalização e por um avanço técnico que requer muitas habilidades. [...] “É surpreendente que na Espanha não esteja sendo dada maior atenção à reforma da educação, para quebrar essas dinâmicas”, conclui Onrubia (EL PAÍS-BRASIL, 2017, não p.).

A crítica atual ao neoliberalismo pauta-se principalmente no foco da implantação pela via dos organismos internacionais de uma agenda única de desenvolvimento que negue as diferenças locais de cada povo, e as necessidades de desenvolvimento de políticas públicas também econômicas que mesquem uma agenda nacional com a global (essa perspectiva é defendida por CHOMSKY (1999), pois os grandes países capitalistas liberais não seguem as agendas do BIRD, BM ou ONU, limitando a sua aplicabilidade a pertinência em relação as suas políticas internas, ou seja como aponta Foucault (2008, p. 62) um Estado de interesses :

A partir da nova razão governamental e é esse o ponto de descolamento entre a antiga e a nova, entre a razão de Estado e a razão do Estado mínimo, a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para as indivíduos, ou para o conjunto dos indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos, etc. O governo só se interessa pelos interesses. O novo governo, a nova razão governamental não lida com o que eu chamaria de coisas em si da governamentalidade, que são os indivíduos, que são as coisas, que são as riquezas, que são as terras. Já não lida com essas coisas em si. Ele lida com estes fenômenos da política que precisamente constituem a política e os móveis da política, com estes fenômenos que são os interesses ou aquilo por intermédio do que determinado indivíduo, determinada coisa, determinada riqueza, etc. interessa aos outros indivíduos ou a coletividade (FOUCAULT, 2008, p. 62).

²⁰ BBVA: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

É o estabelecimento de um Estado que ao optar conscientemente por não intervir, age na omissão em relação às políticas sociais, e na ação nas políticas econômicas, quando defende o interesse das grandes empresas transnacionais e o capital especulativo, estimulando o cidadão consumidor mas negando a educação para a fruição consciente, tentando deslocar a centralidade do trabalho, porém reiterando a lógica valorativa do mercado

5 CONCLUSÃO

Apresentamos um panorama da concepção política chamada neoliberalismo, que foi formulada a princípio para ser uma doutrina econômica que postulava uma regulamentação férrea da inserção do Estado no mercado e ao mesmo tempo uma desregulamentação total das políticas coletivistas e sociais. Seus defensores acreditam na ótica do trabalho como uma mercadoria que deve ser regulada pelo mercado e portanto reconfigurando sua função na sociedade, por esta lógica criaram-se exércitos de mão de obra flutuante, para a manutenção do lucro do capital, e a lógica de um Estado não interventor, sua aplicação prática na economia, não trouxe a longo prazo nenhum grande diferencial em crescimento, não chegando aos índices de seu antecessor o também capitalista Welfare State, mas hoje o liberalismo continua apresentando defensores nos países centrais que financiam sua difusão por todos os continentes, seus think tanks vendem a ideia do merecimento, da desigualdade como um valor justo, da desestatização, e do darwinismo social, onde sobrevivem somente os mais fortes.

Os teóricos deste estudo são unânimes em defender a ideia de que o estado neoliberal teve sua origem em 1944 e foi sofrendo mutações ao longo desse período, fazendo do mercado uma concepção social, política e ideológica que perpassa todos os campos de atuação da vida do homem. materializado nos organismos de reconstrução do pós guerra, como ONU, BM, BIRD que fazem sem nenhum pudor a defesa da política econômica liberal como única alternativa para a pobreza e subdesenvolvimento, sem

considerar as práticas desequilibradoras dos países do capitalismo central e suas consequências para os periféricos, sua racionalidade liberal se faz presente na concepção de trabalho, governança, educação e saúde, ou seja impõe a visão de senso comum que uma sociedade só pode ser próspera se o poder dado ao Estado e sua ação for efetivamente dirigida para a não regulamentação de nenhum tipo de mercado e sua participação deve ser limitada a defesa da soberania nacional e do ideário neoliberal de qualquer ameaça. Falácia teórica, posto que o capital transnacional é protegido pelos Estados capitalistas sempre que necessita de auxílio governamental. Ou seja o princípio da laissez-faire do liberalismo econômico não se sustenta dentro do neoliberalismo, que na verdade tem um Estado mínimo para uns e máximo para outros. E efetivou com sucesso a organização global de todas as sociedades ocidentais.

REFERÊNCIAS

- ALFARO S.O.; Políticas educativas y el modelo de desarrollo dominante: un acercamiento crítico in **Revista Realidad** 120,2009 (El Salvador) p.: 281-292.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. : Editora Paz e Terra, São Paulo, SP,1995.
- ANDRADE D. P. e NILTON K. O., Uma alternativa ao neoliberalismo Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1
- ANTUNES R.; **A desertificação neoliberal: COLLOR, FHC, LULA**, Editores Associados, Campinas, SP, 2004.
- ANTUNES R.: **Os sentidos do trabalho, ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho**, Editora Boitempo, São Paulo,SP,2009.
- CAETANO. M.R.;O Ensino Médio no Brasil e o Instituto UNIBANCO: um caso de privatização da educação pública e as implicações para o trabalho docente **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016
- CANDIOTTO C., Neoliberalismo e democracia In: Princípios, **Revista de Filosofia** , v. 19, n. 32 Julho/Dezembro de 2012, p. 153-179
- COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo soc.** , São Paulo , v. 15, n. 2, p. 269-301, Nov. 2003 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200011&lng=en&nrm=iso
access on 22 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200011>.
- CHOMSKY, N.; DIETERICH, H.; **A sociedade global: educação, mercado e democracia**, Editora da FURB, Blumenau - SC,1999.
- DALLAGNOL R. **Discursos e ações acerca da qualidade da educação: o governo Fernando Henrique Cardoso e a influência internacional** Disponível em:<[www.anpae.org.br/IBERO AMERICANO IV/.../RaquelDallagnol GT6 integral](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/.../RaquelDallagnol_GT6_integral)> acesso em 20/09/2017
http://www.brasil.elpais.com/brasil/2017/12/09/economia/1512844379_448525.html
acesso em 09/12/2017
- FOUCAULT M. **O nascimento da biopolítica** Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP, 2008, p. 62
- FRIEDMAN M.; **Capitalismo e liberdade**,1962 pág.18 Disponível em;<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PO S-GRADUACAO/MILTON%20FRIEDMAN/Capitalismo%20e%20Liberdade%20-%20Milton%20Friedman.pdf>>acesso em 18/08/2017
- HAYEK F. A. von ; **Caminho da servidão**, 1975 p. 14. Disponível em<<http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/caminhodaservidao.pdf>> acesso em17/08/17
- LEITNER, H.PECK, J. SHEPPARD E. **Contesting Neoliberalism_URBAN.FRONTIERS.pdf** p. 28 acesso 07/09/17
- LEMOS, P.; FHC e os diários da presidência: defesa e retomada do neoliberalismo Disponível em:<**Política e Trabalho Revista de Ciências Sociais**, no 44, Janeiro/Junho de 2016, p. 343-352 ISSN 1517-5901> acesso em 12/10/2017
- LOURENÇO C. M. E; ENGELBRECHT M.R. O modo de produção capitalista e as novas formas de requisição do trabalho - **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais** Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

MARX, K.; **O capital: crítica da economia política Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo : Boitempo, p.292-293,2013.

MENDES, L., BONILHA M.C., ICHIKAWA, E.Y., SACHUK M. I., In: Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, nº 4, Artigo 2, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2015.

MELLO, A.F. de ; **Gramsci, o capital supranacional e o novo teorema da política** in: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a08v2162.pdf> acesso em 15/11/2017

MUDGE S. L. ; What is neo-liberalism?, in: **Socio-Economic Review**, Volume 6, Issue 4, 1 Outubro 2008, p. 703–731, <https://doi.org/10.1093/ser/mwn016>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods12/> acesso em 15/11/2017

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento, in: OLIVEIRA F.;RIZEK C.S.; **A era da indeterminação**. Editora Boitempo, São Paulo,SP,2007 pg.16

_____ ; **Crítica à razão dualista, O ornitorrinco**. Editora Boitempo, São Paulo, SP, 2003 p.134

PALERMO M., PEREZ P R. T. A integração regional dos governos Sarney e Collor: Uma mudança de paradigmas. In: **Revista InterAção**, v. 11, n. 11, jul/dez 2016

<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/> acesso em 15/10/2017

PERMADI D.; **The decline of neo-liberalismo and the rise of neo-keynesianism: a conceptual analyses** <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/882> Acesso em 27/10/2017

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 28, n. 76, p. 291-312, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lng=en&nrm=iso>.access on 02 Dec. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais ou antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito a normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Quiana Aparecida Silva Anjos

CURITIBA, 31 DE JANEIRO DE 2018